



Polícia Federal pede, de novo, prisão de Daniel Dantas

O delegado Ricardo Saadi, que assumiu o inquérito contra o banqueiro e chefia a Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros em São Paulo na Operação Satiagraha, pediu a prisão do banqueiro Daniel Dantas, dono do grupo Opportunity. É a terceira vez que o pedido é feito. Nas duas primeiras, o juiz da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, Fausto de Sanctis, acatou o pedido. O juiz deve decidir na próxima semana se aceita ou não o novo pedido.

De acordo com reportagem do jornalista **Mario Cesar Carvalho**, da *Folha de S. Paulo*, Saadi, ao justificar o pedido de prisão, afirma que Dantas continuou a praticar os crimes pelos quais é acusado: gestão fraudulenta do Banco Opportunity, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Segundo o delegado, há várias provas dos crimes de banqueiro e diz que ele continuou a praticá-los mesmo depois de ser preso duas vezes, em julho.

O delegado cita o artigo 312 do Código de Processo Penal que prevê: “a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.

Dentro da PF, o terceiro pedido de prisão é interpretado por alguns delegados como uma tentativa de mostrar que a PF não se dobrou às pressões do banqueiro. Isso porque o afastamento do delegado Protógenes Queiroz da investigação foi interpretado como um recuo da polícia no sentido de apurar as irregularidades atribuídas ao banqueiro.

A investigação da Corregedoria da PF em torno do delegado Protógenes é vista por setores da polícia como desastrosa, porque passaria à opinião pública a idéia de que o governo sucumbiu às ameaças de Dantas.

Quando foi solto pela segunda vez, o banqueiro disseminou a versão de que poderia contar os podres que conhece do PT. De acordo com a PF, duas empresas que pertenciam a Dantas – a Telemig Celular e a Amazônia Celular – repassaram dinheiro às agências de publicidade de Marcos Valério de Souza, que por sua vez entregou o dinheiro a parlamentares da base do governo. Valério é réu no escândalo do “mensalão”.

Em 8 de julho, Dantas foi preso temporariamente. Libertado dois dias depois por decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, o banqueiro foi preso novamente. Dessa vez, o juiz havia decretado a prisão preventiva. Mendes interpretou a segunda prisão como um desafio do juiz ao Supremo e concedeu liminar para que o banqueiro fosse solto.

De Sanctis também pode decidir na próxima semana a sentença para o processo em que Dantas é acusado de corrupção. Segundo a PF, o banqueiro ofereceu US\$ 1 milhão ao delegado da PF Vitor Hugo para que excluísse ele e seus familiares do rol de investigados na Satiagraha.

“A polícia quer a cabeça do meu cliente como um troféu. Parece coisa da época do banguê-banguê”,



rebateu o advogado de Dantas, Nélio Machado, para quem o pedido é absurdo.

“Isso representa uma retaliação não do juiz, mas da autoridade policial. É fácil usar frases ecumênicas de valor universal, como essa da prática reiterada de crimes, para tentar justificar a prisão. Mas que crimes? Meu cliente nunca foi condenado”, afirmou.

Segundo Machado, a Operação Chacal, em 2005, na qual Dantas era acusado de espionar executivos com quem tinha uma disputa empresarial, a polícia pediu a prisão do banqueiro “quatro ou cinco vezes”. Naquela operação, todos os pedidos de prisão foram negados. O advogado afirma, ainda, que toda a investigação da Satiagraha é irregular por causa dos desmandos da PF.

Date Created

29/11/2008